



Simplex Nacional beneficiará maior número de profissões

Aprovada pelo Senado no mês passado, proposta que modifica a Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas e o alcance do Supersimples foi sancionada ontem pela presidente

Está em vigor desde ontem a ampliação do regime tributário Simplex Nacional, que agora passa a beneficiar profissionais como corretores, jornalistas,

advogados e médicos. Além disso, foi reduzida a burocracia para abrir e fechar empresas e corrigidas distorções tributárias em favor dos pequenos negócios. **2**

Genardo Mergulhão/Agência Senado



Ao lado do ministro Mercadante, o presidente do Senado, Renan Calheiros (D), acompanhou Dilma na sanção do projeto



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Audiência pública interativa discutiu os oito anos da Lei Maria da Penha

Mulheres resistem mais à violência, aponta debate

Em audiência pública para comemorar os oito anos da Lei Maria da Penha, participantes relataram o crescimento, entre as mulheres, da intolerância

à violência praticada por companheiros, bem como a existência entre elas de uma maior sensação de segurança derivada da implementação da lei. **4**

CPI mista pode convocar acusados de combinação

Já há na CPI Mista da Petrobras 25 pedidos de convocação para ouvir os personagens apontados

por reportagem em revista de terem combinado previamente depoimentos à CPI no Senado. **3**

TV Senado mostra regras para novos municípios **2**

Wilson Matos assume vaga de Alvaro Dias **2**

Frente pede apoio à ciência e à inovação

Durante fórum nacional realizado ontem para debater produtos de saúde no Brasil, o coordenador da Frente Parlamentar de Ciência e Tecnologia, deputado Izalci, defendeu a aprovação, pelos senadores, de PEC que estimula o desenvolvimento científico e a inovação. **4**

Comissão tenta consenso na Polícia Federal

Medida provisória que reestrutura carreiras na Polícia Federal foi tema de audiência de parlamentares com sindicalistas. Delegados argumentam que a iniciativa exige outro tipo de instrumento legislativo. **4**

Policiais e parlamentares discutem o texto em tramitação



Jefferson Rudy/Agência Senado

Veja de perto o que acontece no Senado

8 canais da TV Senado na internet

Com a multiprogramação da TV Senado na internet, o cidadão com acesso a banda larga pode conferir, além da programação normal da emissora, mais sete canais que transmitem em tempo real as sessões plenárias e reuniões das comissões e subcomissões.



www.senado.leg.br/tv | Twitter: @TVSenado



Projeto aprovado pelo Senado em julho corrige distorções tarifárias e beneficiará 450 mil pequenos negócios, além de profissionais liberais

Ampliação do Supersimples para novas atividades é sancionada

A PRESIDENTE DILMA Rousseff sancionou ontem projeto (PLC 60/2014) que altera a Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas (MPes). O texto aumenta o leque de profissões beneficiadas com simplificação de impostos, reduz a burocracia na criação e fechamento de empresas e corrige distorções tarifárias que penalizavam as MPes.

A solenidade, realizada no Palácio do Planalto, contou com a presença dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves.

A nova lei beneficia 450 mil pequenos negócios de 142

atividades, além de profissões regulamentadas, como ressaltou a presidente da República. A regra sancionada estabelece o critério de faturamento, e não mais o da atividade exercida, para a opção pelo Supersimples.

Assim, atividades antes excluídas, como as de prestadores de serviços decorrentes de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, cultural e desportiva, serão beneficiadas. Estão contemplados também profissionais como médicos, fisioterapeutas, advogados, jornalistas e corretores de seguros. O limite é o faturamento anual de R\$ 3,6 milhões.

A criação do Cadastro Único

Nacional, previsto na nova lei, reduzirá a burocracia. Além disso, a informatização dos cadastros possibilitará que os processos de abertura e fechamento sejam mais rápidos.

Isso significa que as empresas poderão obter a baixa de registros e inscrições imediatamente após o encerramento das operações, sem a necessidade de apresentar certidões negativas. Caso sejam identificados débitos tributários posteriormente, os sócios serão responsabilizados.

De autoria do deputado Vaz de Lima (PSDB-SP), o projeto foi aprovado pelo Plenário do Senado em 16 de julho.

Nova lei formalizará 5 milhões de pequenas empresas, diz Pimentel

Ao saudar a sanção da lei que amplia o Supersimples, José Pimentel (PT-CE) afirmou que a expectativa é de que 5 milhões de novas pequenas empresas sejam formalizadas nos próximos cinco anos.

Ele explicou que, pela nova lei, o único critério de enquadramento no Simples Nacional é o faturamento. Pelo novo teto, empresas e empreendedores que faturarem até R\$ 3,6 milhões por ano poderão aderir ao sistema.

Pimentel ainda destacou que as mudanças no Simples Nacional reduzem a carga tributária do setor e facilitam o processo de fechamento de empresas.

Quem aderir ao sistema vai pagar os tributos devidos por meio de uma única guia, informou o senador, tornando mais fácil a vida das empresas.



Moreira Moutz/Agência Senado



Aloizio Mercadante, Renan Calheiros e Henrique Alves acompanham cerimônia de sanção da lei pela presidente Dilma

Wilson Matos assume mandato no Senado

Primeiro suplente, Wilson Matos (PSDB-PR) assumiu na quarta-feira a vaga do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que se licenciou por 120 dias para cuidar da campanha à reeleição. Reitor da Unicesumar, Matos torna-se senador pela segunda vez, pois exerceu o cargo de abril a julho de 2007, durante licença médica de Alvaro. Na ocasião, apresentou projetos voltados para a defesa da educação.

Dos projetos apresentados por Matos em 2007, cinco estão tramitando na Câmara dos Deputados. São propostas como a que prevê o aumento, na educação básica e superior, da frequência mínima do estudante para aprovação e aumento da carga horária mínima anual na educação básica.



Wilson Matos tem atuação mais voltada para a educação

Município Brasil tem novo episódio na TV

Com 5.570 municípios, o Brasil tem pelo menos 400 distritos que querem se emancipar. Há 18 anos, eles aguardam uma legislação que regulamente a criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios. Nesta semana, o governo conseguiu construir um acordo com os parlamentares e aprovar um novo texto. Na TV Senado, o programa *Município Brasil* mostra como foram as negociações e quais são as novas regras. O programa também vai mostrar como a Prefeitura de Curitiba tem assegurado o

direito ao lazer por meio de ações simples. O lazer também é tema do quadro "Cidade modelo". No Guarujá, litoral de São Paulo, a comunidade de Aldeia descobriu uma forma divertida de mobilizar e envolver a população nas questões municipais.

No "Contas em dia", quadro do programa, o consultor Francisco Chaves fala sobre os cuidados que os gestores municipais devem ter na hora de fazer a prestação de contas. O "#Soudaqui" traz fotos de Alto Paraíso de Goiás (GO). O município recebe turistas de

todo o mundo, atraídos pelas belezas naturais do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. O senador Paulo Paim (PT-RS) fala sobre o projeto que cria o vale-hospedagem para o trabalhador de baixa renda e Casildo Maldaner (PMDB-SC) defende que o direito ao lazer deve ser assegurado pelas três esferas de governo.

O cidadão pode participar com sugestões e críticas. Para entrar em contato com a equipe do programa, basta ligar para 0800 612211 ou enviar e-mail para tv@senado.leg.br.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h Sessão ordinária não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Pelo menos 25 pedidos de convocação foram apresentados à CPI mista para ouvir personagens citados em reportagem que aponta combinação de depoimentos à CPI do Senado

Oposição quer ouvir envolvidos em denúncia

Parlamentares oposicionistas já apresentaram 25 requerimentos para convocação de envolvidos na denúncia de vazamento de informações na CPI da Petrobras no Senado. Os pedidos foram apresentados na CPI mista, que também investiga irregularidades na estatal, mas funciona com a participação de deputados, além dos senadores.

Entre os possíveis convocados, estão a presidente atual da Petrobras, Graça Foster, o ex-presidente Sergio Gabrielli e o ex-diretor Nestor Cerveró, apontados em reportagem da revista *Veja* como recebedores de um roteiro de perguntas que lhes seriam feitas posteriormente pelo relator, José Pimentel (PT-CE).

O líder do SD na Câmara, deputado Fernando Franciscini (PR), quer explicações

também do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), citado na reportagem como sendo responsável por levar as perguntas a Nestor Cerveró.

Em nota, o parlamentar se defendeu, dizendo que rejeita “com grande indignação” as acusações. Delcídio, que é candidato ao governo de

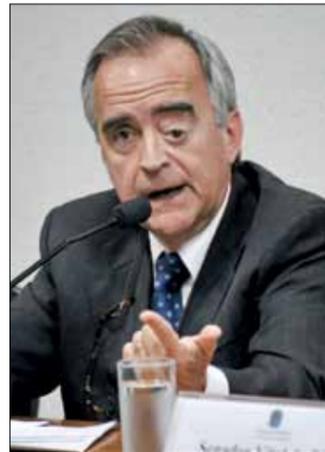
Mato Grosso do Sul, também ressaltou que, por conta das eleições, não integra nenhuma das duas CPIs e vem acompanhando os trabalhos a distância e superficialmente, pela imprensa.

Outras pessoas citadas pela revista com pedidos de convocação já apresentados

e pendentes de votação são Bruno Ferreira, advogado da Petrobras; Marcos Rogério de Souza, assessor da Liderança do Governo no Senado; José Eduardo Dutra, ex-presidente e atual diretor da Petrobras; Carlos Hetzel, secretário parlamentar da Liderança do PT no Senado; Paulo Argenta,

assessor especial da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; José Eduardo Sobral Barrocas, chefe do escritório da Petrobras em Brasília; Leonan Calderaro Filho, integrante da área jurídica da Petrobras; e Luiz Azevedo, secretário-executivo da Secretaria de Relações Institucionais do Planalto.

Marcada para quarta-feira, a próxima reunião da CPI mista vai ouvir o ex-diretor da área internacional da Petrobras Nestor Cerveró, autor do documento que serviu de base para que o Conselho de Administração da empresa aprovasse a compra da refinaria de Pasadena, negócio que deu prejuízo à estatal brasileira.



Segundo a revista *Veja*, Graça Foster, Sergio Gabrielli e Nelson Cerveró teriam combinado previamente depoimento dado à CPI

Requerimentos apresentados: <http://bit.ly/25requerimentos>

Ruben Figueiró apoia fim do voto obrigatório na reforma política

Ruben Figueiró (PSDB-MS) defendeu ontem a elaboração de uma proposta de reforma política que contemple o voto facultativo nas eleições, permitindo que apenas os eleitores interessados compareçam às urnas.

O senador lembrou que as nações mais desenvolvidas do mundo adotam o voto facultativo e acrescentou que o voto obrigatório revela uma disposição autoritária do Estado brasileiro. Para ele, o ato de votar é um direito e não um dever.

— O direito de ser



Figueiró: “Forçar o eleitor a votar é, sem dúvida, coação”

eleitor é inegável. Agora, o direito de votar é um direito inalienável de sua cidadania. Forçar o eleitor a comparecer e depositar o seu voto nas urnas, às vezes, voto nulo ou voto em branco, representa, sem dúvida alguma, coação ao sentimento cívico — disse.

Odacir Soares defende criação de tribunais regionais federais

Odacir Soares (PP-RO) pediu que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue improcedente a ação que pede a declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional 73, que cria mais quatro tribunais regionais federais (6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões), com sede em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Manaus.

Os tribunais deveriam ser criados em seis meses, a partir da promulgação da emenda, ocorrida em junho de 2013. Em julho, no entanto, o então presidente do STF, Joaquim Barbosa,



Para Odacir, TRFs beneficiarão 80 milhões de pessoas

concedeu liminar para suspender os efeitos da emenda.

— A Emenda Constitucional 73 descentraliza o atendimento judicial de um contingente populacional na 1ª, 3ª e 5ª Regiões de aproximadamente 80 milhões de habitantes — disse.

Mozarildo elogia resolução do Conselho Nacional de Justiça

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comemorou resolução recente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que tem como objetivo acelerar o julgamento de processos relacionados a crimes contra crianças e adolescentes.

A resolução recomenda aos juízes de todo o país que ajam com maior rapidez nos processos relacionados a casos de abuso, exploração sexual, tortura e maus-tratos de crianças e adolescentes. O prazo máximo recomendado pelo CNJ para o julgamento desses crimes



Senador elogia agilização de processos de casos de abuso

agora é de um ano.

— Eu quero, aqui, louvar o CNJ por essa decisão, que norteia a conduta dos juízes e dos tribunais, através das suas corregedorias, para que esses casos sejam julgados num prazo máximo de 12 meses — disse o senador.

Cintra atuará na defesa de pequenos e micros empresários

Em seu primeiro discurso no Senado, Douglas Cintra (PTB-PE), homenageou a cidade natal, Caruaru, o mais populoso município do interior de Pernambuco.

Cintra destacou a formação histórica da cidade, a garra de sua gente e as manifestações econômicas e culturais, como a festa de São João e a Feira de Caruaru, que obteve, em 2006, o título de patrimônio cultural imaterial do Brasil.

O senador, que substituiu Armando Monteiro (PTB-PE), adiantou qual será o foco principal de atuação dele na Casa.



Senador, que é de Caruaru, se preocupa com setor têxtil

— Pretendo orientar minha produção legislativa à facilitação e ao fortalecimento das atividades dos pequenos e micros empresários, trabalhadores rurais e urbanos, artesãos e todos os profissionais que trabalham para tornar o Brasil um país mais competitivo — disse.

Anibal registra reunião de governadores sobre clima

Anibal Diniz (PT-AC) saudou, em Plenário, a realização, no Acre, da 9ª reunião anual da Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas, com a presença de representantes de sete países. O senador lembrou que o Acre é membro fundador da organização e tem se destacado internacionalmente pela implementação de programas de redução no desmatamento e pelas iniciativas de desenvolvimento com baixa emissão de carbono.

— Esse sistema de incentivo por serviços ambientais coloca o



Senador citou as iniciativas do Acre na área ambiental

Acre na vanguarda. Exatamente por isso, já conseguiu firmar os primeiros contratos de remuneração por serviços ambientais — disse.

Ele registrou o lançamento do Portal Planejando a Próxima Década, onde estados e municípios vão elaborar planos de educação.

Para Cristovam, federalização garante educação de qualidade

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ontem que prefeitos e governadores não têm cumprido o papel de oferecer serviços de qualidade na área de educação. Por isso, avaliou, essa função deve passar para a competência da União.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou nesta semana projeto de Cristovam que determina a realização de um plebiscito sobre a possibilidade de transferência da responsabilidade pela educação básica ao governo federal (PDS 460/2013). Atualmente,



Cristovam defende que União arque com educação básica

te, estados e municípios são os principais financiadores.

— Quando dizem que falta dinheiro, eu digo que a gente vai devolver R\$ 94 bilhões dos 10% do PIB, ou seja, sobra dinheiro, se a gente aplicar bem. Se não fizer isso, não temos futuro — disse o senador.

Participantes de audiência pública no Senado avaliaram que, após a entrada em vigor da legislação, há oito anos, a sensação de segurança aumentou entre as mulheres

Debate revela benefícios da Lei Maria da Penha

APÓS OITO ANOS de vigência da Lei 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, é possível detectar o crescimento da intolerância das mulheres e dos que as rodeiam em relação a qualquer tipo de violência, aliada à sensação de maior segurança proporcionada pela existência do instrumento legal. Tais constatações foram feitas pelos participantes de debate sobre o tema, ontem.

O debate foi promovido pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado e pela Secretaria da Mulher da Câmara, no âmbito do Projeto Quintas Femininas. Os eventos são realizados mensalmente pelo Congresso, com o objetivo de discutir assuntos femininos para impulsionar iniciativas legislativas que melhorem a situação das mulheres.

Segundo a delegada-chefe-adjunta da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher

(Deam), Patrícia Bozolan, é nítido o crescimento da intolerância em relação à violência doméstica, seja psicológica, física, moral ou sexual, o que acaba desaguando no aumento dos registros de ocorrências. — Com o que vejo na prática, posso falar em 50% de aumento desde o surgimento da lei — declarou.

Atendimento à vítima

Já o coordenador do Centro Judiciário da Mulher (CJM) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, juiz Ben-Hur Viza, observou que, além do arcabouço legal que protege a mulher, o constante trabalho de acolhimento e direcionamento no atendimento às vítimas de violência tem aumentado a confiança no aparelho estatal, o que as leva a denunciar mais.

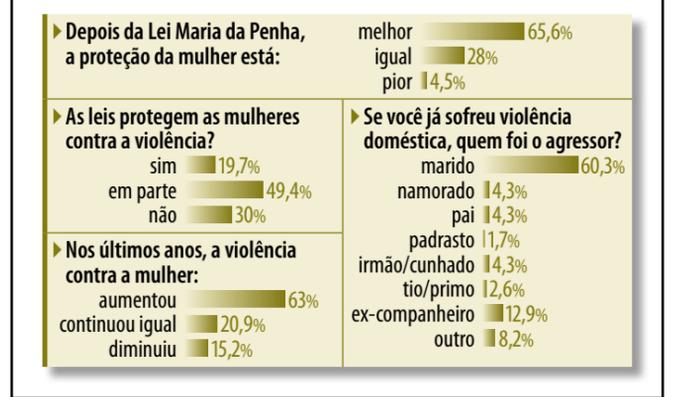
Ele atende no juizado de violência doméstica do Núcleo Bandeirante, um dos 13 centros especializados do

Distrito Federal, e apresentou detalhes do trabalho do CJM, que garante à mulher o apoio de advogados e o acolhimento por um grupo preparado para ouvir denúncias, aprofundando os casos antes do julgamento. O centro também trabalha na aproximação com líderes religiosos, com quem as mulheres costumam se aconselhar e que são os primeiros a saber dos casos de violência.

— A articulação em rede está sendo muito positiva, pois evita o retrabalho. Tem coisa que só o Judiciário pode fazer, só a saúde, a escola, a delegacia. Mas quando a gente se reúne, a gente pode fazer tudo — exemplificou.

Também participou da audiência Miriam Pondaag, representante da Diretoria de Serviços Especializados à Família e Indivíduos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal.

Mais proteção, dizem entrevistadas



Fonte: DataSenado

Pesquisa aponta conhecimento amplo da lei em todo o Brasil

Segundo pesquisa feita no ano passado pelo DataSenado (íntegra em <http://bit.ly/DataSenadoMulher>), 99% das 1.248 mulheres entrevistadas em todo o Brasil sabem da existência da Lei Maria da Penha. Os dados foram apresentados no debate de ontem por Thiago Cortez, da Secretaria da Transparência do Senado.

Quase 40% das mulheres ouvidas afirmaram ter procurado ajuda logo após a primeira agressão. Em relação à última agressão, 35% oficializaram denúncia formal, seja em delegacias comuns, em delegacias da mulher ou na Central de Atendimento à Mulher (180). E 60% admitem a possibilidade de que qualquer pessoa que tenha conhecimento de uma agressão física possa denunciar o fato às autoridades, contra 41% que assim se manifestaram em 2011. Além disso, 94% acham que o agressor deve ser processado, mesmo que contra a vontade da vítima, e

88% denunciariam a agressão caso a testemunhassem.

A pesquisa também detectou que o tipo de violência mais frequente sofrido por mulheres é a física, segundo relato de 62% das vítimas. Em seguida, vêm a violência moral e a psicológica, que, em 2013, foram relatadas por 39% e 38% das vítimas, respectivamente.

Segundo o juiz Ben-Hur Viza, esse dado da pesquisa é um “tapa na cara”, pois é um retrato da realidade: a mulher ainda não sabe que pode viver “fora do cabresto”, que pode visitar a amiga, pode não fazer sexo se não tiver vontade e não está obrigada a qualquer violência sexual, psicológica ou moral. Ele elogiou o Projeto Quintas Femininas e sugeriu ainda que a iniciativa seja adotada por outros órgãos públicos.

— Quanto mais falamos sobre a lei, mais pessoas tomam conhecimento e mais a gente divulga a proteção à mulher — disse o juiz.



A consultora legislativa Cleide Lemos (C) conduz o debate com Patrícia Bozolan, Thiago Cortez, Ben-Hur Viza e Miriam Pondaag

Frente parlamentar apoia PEC sobre inovação

Na abertura do 1º Fórum Nacional de Produtos para Saúde no Brasil, que aconteceu ontem no Interlegis, no Senado, o coordenador da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação do Congresso Nacional, deputado Izalci (PSDB-DF), pediu apoio dos senadores para aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC) que tem como objetivo estimular o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação. O evento foi promovido pelo Programa Ação Responsável e conta com apoio do Congresso Nacional e do Interlegis, entre outras instituições.

Aprovada pela Câmara em abril, a PEC 290/2013 (renumerada para PEC 12/2014 no Senado) trata da necessidade de efetivação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia

e Inovação, em regime de colaboração entre os setores público e privado, além de funcionamento a ser regulado em lei federal. Também abre a possibilidade de uso de recursos públicos para fortalecer empresas inovadoras e polos tecnológicos.

Segundo Izalci, trata-se de um dos caminhos para garantir avanços no setor, que inclui desde parafusos para implantes ortopédicos até

sofisticados equipamentos de diagnóstico.

— É preciso desenvolver a inovação, a ciência e tecnologia, incentivando o setor de produtos para a saúde. É um tema suprapartidário, necessário para que possamos avançar mais — disse Izalci.

De acordo com o Ministério da Saúde, o setor registrou crescimento de 72% no número de equipamentos nos últimos cinco anos.



No Interlegis, Izalci (C) participa de Fórum Nacional de Produtos para Saúde

Debate busca entendimento sobre reestruturação da Polícia Federal

A comissão que analisa a MP 650/2014, que reestrutura as carreiras da Polícia Federal, reuniu-se na quarta-feira para debater a proposta com sindicalistas. A medida reajustou os salários nos cargos de escrivão, papiloscopista e agente da Polícia Federal e determinou que todos os cargos da carreira passem a ser de nível superior.

A principal barreira enfrentada para a aprovação da MP é o questionamento dos delegados da Polícia Federal, que dizem ser irregular a reestruturação de carreiras através de MP. O presidente da comissão, deputado Ronaldo Benedet (PMDB-SC), afirmou que esse impasse pode e deve ser resolvido dentro da própria Polícia Federal.

— Nós temos uma missão de buscar entendimento. Pedi ao

diretor-geral da PF que busque conciliar as partes — disse.

Já a representante do Ministério do Planejamento, Edina Lima, lembrou que a medida resultou da discussão do governo com policiais que não foram contemplados com reajuste em 2012.

A MP recebeu 42 emendas na comissão. Entre elas, está a que reconhece a carreira de policial civil do Distrito Federal como uma carreira de nível superior. O secretário de Administração Pública do Distrito Federal, Wilmar Lacerda, afirmou que essa mudança é um reconhecimento pelos bons trabalhos apresentados pela Polícia Civil do DF, que tem um alto índice de solução de casos graças à capacitação dos agentes da corporação.

(Com Agência Câmara)